

---

Começar pelos conceitos talvez não seja coisa vã<sup>1</sup>. Nosso objeto neste capítulo, a análise urbanística, é parte inerente ao processo de projeto urbano. Uma fase analítica cujo papel e lugar neste processo desejamos esclarecer e ilustrar. Existem passos necessários para fazê-lo. O inicial é estabelecer uma idéia, um esquema diagramático, um entendimento, sobre o termo Projeto. Vamos evocar três autores em três contextos diversos para fazê-lo.

Gregotti (1994), ao discorrer sobre *o projeto de arquitetura*, apóia-se em Norman Brown - “ a história é feita para além da nossa vontade, não pela ‘astúcia da Razão’ mas pela ‘astúcia do desejo’<sup>2</sup>” - para fundamentar seu conceito de projeto:

O projeto é o modo através do qual intentamos transformar em ato a satisfação de um desejo nosso. Existe, porém, implícito na palavra projeto um sentido de distância entre o desejo e a sua satisfação, o sentido de um tempo preenchido pelo esforço em organizar uma série de fenômenos voltados para uma finalidade, num momento determinado do processo histórico. Sua qualidade enquanto ato artístico de autoconstituir-se como significado não se limita, portanto, a uma vaga intenção, mas se desdobra segundo um desenvolvimento preciso ao longo da fase projetual do processo (1994:12).

Bosi (1996), ao dissecar o verbo latino *colo* do qual derivam as palavras *cultura*, *culto* e *colonização*, explora o significado de um de seus participios ao tempo que sugere uma ligação com a idéia de projeto: o futuro *culturus*, o que se vai trabalhar, o que se quer cultivar, cujo significado mais geral conserva-se até nossos dias:

Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações, para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. (...) A terminação – *urus* - em *culturus*, enforma a idéia de porvir ou de movimento em sua direção. (...) Cultura supõe uma consciência grupal operosa e operante que desentranha da vida presente os planos para o futuro.

---

<sup>1</sup> “Começar pelas palavras talvez não seja coisa vã” (Bosi;1992;11)

<sup>2</sup> Brown, Norman. *La vita contro la morte*. Milão, Adelphi, 1964

---

Essa *dimensão de projeto*, implícita no mito de Prometeu, que arrebatou o fogo dos céus para mudar o destino material dos homens, tende a crescer em épocas nas quais há classes ou estratos capazes de esperanças e propostas como na Renascença florentina, nas Luzes dos Setecentos, ao longo das revoluções científicas e técnicas ou no ciclo das revoluções socialistas.

Nas sociedades densamente urbanizadas cultura foi tomando também o sentido de condição de vida mais humana, digna de almejar-se, termo final de um processo cujo valor é estimado, mais ou menos conscientemente, por todas as classes e grupos (1996:16).

Gottdiener (1993), ao articular o debate sobre a teoria do espaço expõe a crítica de Lefebvre ao projeto marxista e, em seguida, resume o seu conceito de projeto<sup>3</sup>:

Segundo Lefebvre, a crítica da vida cotidiana deve estar vinculada à transformação do espaço, (...) e isso requer uma certa audácia, uma compreensão de que a transformação da sociedade pode ocorrer a qualquer época porque existimos no espaço. As forças de expropriação e repressão se exteriorizam nas formas de espaço, e esse espaço abstrato de dominação político-econômica existe em toda parte.

Como observa Lefebvre, “os autores de projeto não parecem compreender que: (a) não existe pensamento sem utopia, sem exploração do possível; e (b) não existe pensamento sem referência a uma prática”.

(Projeto é) a intervenção estratégica que supera o relativismo da filosofia através de cálculo político, que visa a uma meta bem definida e que procede através de meios defensáveis (1993:153).

Conjuguemos biaxialmente estas idéias, meios e finalidades e daí emergirá um amplo conceito de projeto. Entretanto, o intento é salientar que, aparece alinhados em cada concepção, uma idéia subjacente, direção no sentido geométrico do termo, valor, que subordina um meio, um recurso, e o orienta no sentido de uma finalidade que carrega em si mesma, o mote da transformação e da mudança.

---

<sup>3</sup> Também atribuído a Sartre

<b>Idéia subjacente</b>	<b>Meio</b>	<b>Finalidade</b>
Desejo/intenção	Esforço em organizar uma série de fenômenos voltados para uma finalidade, num momento determinado do processo histórico.	Autoconstituir-se como significado
Consciência grupal operosa e operante – cultura	Movimento em direção ao futuro, desentranhando da vida presente os planos para o futuro	Mudar o destino material dos homens; sentido de condição de vida mais humana, digna de almejar-se, termo final de um processo cujo valor é estimado, mais ou menos conscientemente, por todas as classes e grupos.
Utopia/exploração do possível; pensamento com referência a uma prática.	superar o relativismo da filosofia através de cálculo político; metas bem definidas; meios defensáveis.	transformação do espaço/transformação da sociedade

A análise urbanística tem seu lugar na engrenagem dos ‘meios’. Portanto, se enquadra na condição de instrumental a serviço de valores e objetivos, aos quais é possível recorrer para ordenar e transformar uma determinada realidade. Seu papel central é lidar com os aspectos objetivos do problema estabelecendo uma conexão direta entre um conceito ou valor e uma finalidade. Até aqui estamos nos referindo a um projeto urbano genérico.

Esse papel se reveste de algum contorno especial quando se trata de transformar um presente minado por graves desequilíbrios?

E neste ponto adentramos os territórios da pobreza nas grandes cidades, com a precariedade e degradação que lhes são inerentes do ponto de vista urbanístico. Neste quesito não mais existe a rarefação teórica e conceitual que imperava há algumas décadas atrás. Contribuições abundantes de inquestionável valor já aportadas por pesquisadores revelam, explicam e dissecam a territorialização da pobreza e a periferização da vida social nas cidades.

Rolnik (2001:30), ao discorrer sobre uma das dimensões mais sérias do chamado “urbanismo de risco”, reproduz com exatidão um retrato em branco em preto do desolado cenário das periferias urbanas:

Urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território. As terras onde se desenvolvem os

---

mercados de moradia para os pobres são, normalmente, justamente aquelas que pelas características ambientais são mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. As construções raramente são estáveis, e a posse quase nunca totalmente inscrita no registro de imóveis e cadastros das prefeituras. O risco é, antes de tudo, do morador: o barraco pode deslizar ou inundar com a chuva, a drenagem e o esgoto pode misturar-se nas baixadas – a saúde e a vida são assim ameaçadas. Porém o urbanismo é de risco para a cidade inteira: por concentrar qualidades num espaço exíguo e impedir que elas sejam partilhadas por todos, os espaços melhor equipados da cidade sentem-se constantemente ameaçados por cobiças imobiliárias, por congestionamentos, por assaltos. E, quando a erosão causada pelos desmatamentos e ocupações de encostas se acumula nas baixadas, rios e córregos, toda a cidade sofre com as enchentes. E quando o excesso de veículos e viagens provoca o colapso da circulação, é toda a cidade que pára.

Para, em seguida, arrematá-lo em parágrafo conclusivo (Rolnik, Nakano, 2001:31):

Nas cidades os riscos ambientais e sociais surgem das situações de vulnerabilidade produzidas historicamente a partir dos conflitos de interesses entre os diversos atores sociais envolvidos no processo de ocupação do território. Apesar da urbanização de risco afetar a cidade como um todo, os riscos são distribuídos desigualmente através das classes sociais, impactando com mais intensidade os grupos de renda baixa vivendo nas áreas mais excluídas. E mais: a situação de exclusão territorial significa também a limitação, ou até a impossibilidade, de acesso às oportunidades econômicas, culturais e educacionais que permitiriam a redução ou a eliminação das vulnerabilidades. Portanto, a exclusão territorial não é apenas um espelho da desigualdade econômica: é um dos seus mais fortes e potentes produtores.”

Taschner discorre com a mesma propriedade sobre os aspectos urbanísticos no seu vasto repertório de estudos abordando o espaço e a população nas favelas e cortiços nas grandes metrópoles brasileiras (Taschner; 2004:53):

---

Ao longe a casa favelada confunde-se com a do anel periférico em geral: o mesmo cinzento do bloco e da laje, a mesma aparência de eterna construção com o vermelho dos tijolos de vedação galgando mais um andar. Um olhar de perto, entretanto, capta sua especificidade: casas menores, densidade domiciliar maior, saneamento precário, lixo amontoado, caminhos tortuosos e estreitos, ausência de áreas coletivas, situação em áreas de fundo de vale ou grande declividade. Em relação ao desenho urbano, densidades demográficas muito mais altas que as do entorno.

Assim como o discernimento das características intrínsecas a estes assentamentos, o rico cabedal de conhecimento já produzido sobre o tema enfeixa uma dimensão útil e abundante à formulação de políticas públicas e tem contribuído para a compreensão do fenômeno e de suas transformações ao longo das últimas décadas. Esta abundância contrasta a caquexia quando se trata de fornecer instrumental para a transformação físico-territorial desta realidade – a intervenção urbana. Ainda prevalece a necessidade de estabelecer uma técnica sistematizada e codificada de análise aplicável aos territórios excluídos, uma técnica de análise que possa oferecer uma base mais precisa e rigorosa para uma intervenção urbana transformadora nestes territórios.

Não está suficientemente elucidado o conjunto de indicadores, aquilo a que Gregotti (1994) se refere como “esforço em organizar uma série de fenômenos voltados para uma finalidade”, que pode vir a expressar a decantada exclusão territorial em sua verdadeira grandeza e enunciá-la como base de projeto defensável e sustentável.

Entre “desejo” e “utopia” e a “transformação do espaço” no “sentido de condição de vida mais humana, digna de almejar-se”, além de todas as questões estruturais abordadas no capítulo primeiro, há o vácuo do método, posto que, de realidade tão explícita não se logrou desentranhar um movimento preciso em direção ao futuro.

Ao contrário do arquiteto-urbanista que, neste caso, não dispõe de um referencial metodológico legitimado pela prática e reconhecido pela academia, o médico-legista tem a seu favor o fato de contar com técnicas sistematizadas e codificadas de análise que, associadas, oferecem deduções cada vez mais precisas e irrefutáveis sobre as circunstâncias e as causas que cercam a degradação e a eliminação da vida de um determinado organismo. O médico-legista transita no terreno da múltipla

---

dimensionalidade de fatores, atributos e elementos que estão associados a funções, sistemas, processos, usos e apropriações em seu território – o corpo humano destituído da vida. Analisa os tecidos e identifica padrões e, ao produzir associações entre estes últimos, extrai conclusões determinantes para a elucidação de um problema previamente enunciado.

Desse ponto de vista, não há similitude entre a prática do arquiteto e a do médico-legista. Ao rigor da prática legista contrapomos o *laissez-faire* metodológico no campo urbanístico. A inexistência de referencial de análise se reveste de conseqüências perversas. A primeira delas é a imprecisão do registro da desigualdade, sempre mencionada e quase nunca apurada ou medida. Quais são as referências a partir das quais as complicações da vida social, seus desacertos e descompassos são ou podem ser descritos e medidos, figurados e avaliados como problemas que precisam ser reparados? (Telles;2004). Em segundo plano comparece a perpetuação de ‘dogmas’ que tem permeado a reflexão intelectual sobre a favela e favelados: entre eles a celebração da ‘especificidade’ da favela, interpretação entre romântica e pueril de uma realidade de carências incompressíveis e, a não menos superficial, reputação da favela como espaço homogêneo (Taschner;2004). Por último, como decorrência das anteriores, está o resultado de programas e projetos de urbanização que, malgrado as melhorias aportadas, consolidam situações urbanas tecnicamente inaceitáveis, abaixo de padrões mínimos, e ainda contribuem para cristalizar uma cultura de aceitação desses padrões.

De fato, a analogia entre o arquiteto e o médico-legista tem registro numa tarefa da mesma natureza que ambos executam: analisar tecidos num determinado território, ainda que sejam radicalmente diferentes o objeto e a finalidade da análise. A tarefa do arquiteto ao realizar a análise urbanística é identificar padrões e relações espaciais num tecido urbano vivo, sob o propósito de ordenar uma futura transformação. Equacionar uma problemática, de tal modo que as diferenças e assimetrias sejam formuladas num registro preciso em que as disparidades sociais refletidas no espaço sejam nomeadas como problema e que, como tal, exijam julgamento e deliberação política (Telles:2004).

---

A secessão entre a produção teórica, concentrada nas universidades, e a *práxis*, no mercado de trabalho, constitui guetos de produção de conhecimento não intercambiável e ocasiona perdas incomensuráveis. Aquele que entende de uma matéria sabe mirá-la. O médico sabe mirar o enfermo, o mecânico sabe mirar a máquina. Reconhecer a multitude de circunstâncias mínimas que dão o caráter inconfundível à realidade é, também, uma questão de método. O ordenamento metodológico apreendido nos diagnósticos urbanísticos elaborados em Paraisópolis – São Paulo e na Zona Poniente *Sector Casa* de Cd. Juárez no México pode contribuir para reparar a distância entre os que estudam a realidade e aqueles que têm de enfrenta-la na lida cotidiana do trabalho.